



MOÇÃO TEMÁTICA

Reestruturação nas forças de segurança (PSP e GNR)

As forças de segurança em Portugal desempenham um papel fundamental e multifacetado na preservação da ordem pública, na salvaguarda dos direitos dos cidadãos e na promoção da segurança em todo o território nacional. Composta por diversas organizações especializadas, esta estrutura abrangente trabalha de maneira coordenada para enfrentar os desafios complexos e variados que envolvem a segurança pública.

A manutenção da ordem pública é uma das responsabilidades centrais dessas forças, sendo realizada principalmente pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e pela Guarda Nacional Republicana (GNR). A presença visível destas forças em áreas urbanas e rurais, aliada ao patrulhamento preventivo, contribui para a dissuasão de atividades criminosas e para a tranquilidade da população na salvaguarda dos seus direitos, liberdades e garantias, mas também deveres.

E é precisamente sobre estas duas forças de segurança, que esta moção, em comunhão com os seus respetivos subscritores, tem como finalidade, demonstrar a real necessidade de uma reestruturação urgente no sentido de dignificar os fantásticos homens e mulheres que envergam a farda, seja da PSP como da GNR.

A desmotivação, a revolta e até o desespero, apoderam-se da grande maioria dos efetivos, hoje temos uma PSP e GNR que vivem num clima de instabilidade permanente, de injustiça constante e de falta de apoio gritante. Estes profissionais dão o seu melhor todos os dias, onde todas as entidades deste país se têm servido do esforço dos mesmos para depois se vangloriarem de que Portugal é um país seguro fazendo desta bandeira uma das principais razões de termos cada vez mais turistas a escolherem Portugal para passarem as suas férias, razão pela qual este pilar fundamental do nosso país se enaltece por ser também um ativo no crescimento económico do País. No



entanto, os diversos (DES)governos do Partido Socialista e do seu genérico (PS)D, não têm sabido valorizar este trabalho.

Tivemos um governo que pela forma como tratou a PSP e a GNR, menosprezando-os nestes últimos anos, querendo fazer passar à opinião pública que o impossível era possível, que mesmo sem efetivo, seria possível termos uma segurança interna acautelada, mas o sonho socialista não é mais do que um pesadelo real na vida dos reais cidadãos onde a falta de segurança é mais que evidente.

Há cerca de duas décadas que a PSP e a GNR, têm vindo a perder efetivos e aumentado a média etária dos seus elementos de forma preocupante, tem reduzido a sua capacidade logística, diminuindo assim a sua resposta a ocorrências, aumentando a insatisfação e desmotivação profissional dos homens e mulheres que lhe dão corpo.

Sendo estas forças policiais compostas por seres humanos e não robôs, não é compreensível de forma alguma que os pretéritos governos prometessem tudo, mas sabiam de antemão que nunca iriam cumprir, jogando desta forma com as expetativas criadas nestes profissionais deteriorando-se desta forma o seio da segurança.

Urge com um sentido patriótico urgente, mudar o estado crítico que vive a PSP e a GNR, e é neste sentido que esta moção, defende alterações profundas de forma a revitalizar as nossas forças de segurança.

Começando pela remuneração base, pois é impensável atrair jovens para as forças de segurança com os ordenados praticados nos dias de hoje, a título de exemplo, um jovem que complete o curso de formação de agentes, irá certamente ser colocado em Lisboa com um ordenado de pouco mais de 900€, muito próximo do ordenado mínimo, além dos custos inerentes à sua vida cotidiana, é a falta de respeito por uma profissão que acarreta uma enorme responsabilidade social que não tem vindo a ser reconhecida. Em paralelo e numa tentativa venenosa por parte dos pretéritos governos, atribui-se tostões, em subsídios e suplementos anexados à remuneração base de



forma a iludir estes profissionais, que no momento da sua reforma não são contabilizados para a atribuição da mesma.

Entretanto, de forma camuflada, impinge-se e promove-se a escravidão e a polícia “Low Cost” com os bem-ditos (Remunerados) ou (Gratificados), serviço extra de que varia entre 3 a 5 horas, seja em dia de serviço normal ou em dia de folga merecida por parte dos profissionais, contudo, estes de forma a conseguir uma remuneração extra no seu salário para fazer face ao custo de vida astronómico e ao baixo salário, acabam por ceder a esta chantagem salarial. Com estes ditos remunerados consegue-se criar a ilusão na população, de que temos elementos policiais na rua, no entanto, o que não sabem é que estes, estão a ser pagos por entidades particulares para guardar os seus bens não podendo os mesmos descurar a segurança para o qual estão a ser pagos, mesmo que observem qualquer tipo de crime fora do âmbito do seu serviço.

Cria-se assim uma falsa sensação de segurança pública onde se tem promovido ao longo dos tempos uma polícia escrava das entidades privadas para conseguir proporcionar às suas famílias uma vida mais digna, nem que para isso sacrifique o convívio familiar nos seus dias que estaria de folga.

Neste sentido, esta moção, tem como objetivo a chamada de atenção gritante, de se pensar seriamente numa reestruturação salarial, onde todos os suplementos e subsídios passem a integrar a remuneração base, bem como um aumento significativo do referido salário de forma a colmatar todas as injustiças salariais até então verificadas, conforme se constatou em 2023 com a falta de vergonha deste último governo socialista, onde promoveu um subsídio histórico na Polícia Judiciária esquecendo-se ou não, de que existe uma Polícia de Segurança Pública e uma Guarda Nacional Republicana, que todos os dias enaltecem e elevam com espírito de MISSÃO, o verdadeiro sentido de segurança nas ruas deste País.

Relativamente aos ditos remunerados, estes devem ficar na alçada do setor da segurança privada, onde devemos ter uma atenção profunda na alteração da legislação deste setor, de forma a que seja uma mais valia na contribuição da



segurança de pessoas e bens, libertando as forças de segurança para o seu verdadeiro espírito de missão.

É com um sentido emergencial que este pilar essencial do país, necessita de uma verdadeira reestruturação, de forma a cativar os nossos jovens a concorrer às forças de segurança com dignidade e orgulho de servir a nossa pátria amada.

Exmos. Senhoras e Senhores, as nossas polícias estão cansadas e envelhecidas, os pretéritos (DES)governos, com o parco efetivo policial existente, promoveu-se e bem, a criação de programas internos, como por exemplo, a escola segura, apoio 65-idosos em segurança, o comércio seguro, Turismo, Gabinete de apoio às vítimas de violência doméstica, Investigação criminal, residência segura, Natureza e ambiente, ciber-segurança, e muitos, muitos mais programas, incluindo a gota de água que foi, a passagem do extinto SEF para a alçada da PSP e da GNR sem os devidos recursos humanos e preparação atempada, cuja missão envolve o controlo rigoroso da entrada e permanência de estrangeiros no país. Isso não apenas contribui para a segurança nacional, mas também impede a imigração ilegal, assegurando a conformidade com as leis de imigração e fronteiras.

Caríssimos, não se consegue fazer omeletes sem ovos, estes programas são muito importantes para a nossa comunidade e para os estrangeiros que nos visitam, sim são, mas não se consegue proporcionar as referidas valências sem ter recursos humanos com ambientes de trabalho dignificantes de forma a que os nossos cidadãos se sintam realmente seguros.

É necessário uma clarificação e reestruturação estatutária e respetivas leis orgânicas destes órgãos de polícia Criminal, de forma a devolver-lhes a dignidade profissional para um desempenho eficaz da sua missão, clarificar a sua situação sindical, onde nas últimas décadas se promoveu pelos sucessivos governos, a ideia do dividir para reinar, e fomentando-se a criação de inúmeros sindicatos, conseguindo-se desta forma a instabilidade socioprofissional. É imperativo estabilizar e dar voz de forma unificada às nossas forças de segurança nas suas reivindicações, através dos seus sindicatos, contudo, é



necessário a união da sindicância de forma a restituir em sintonia, a voz e a força dos seus direitos laborais enquanto cidadãos de bem. A luta constante destes profissionais, pela injustiça de não ver reconhecido o seu direito à greve, bem como a divisão entre uns que são filhos da Caixa Geral de Aposentações e outros enteados da Segurança Social, promove cada vez mais o descontentamento e desanimo de quem tudo dá em prol da segurança de todos nós, mantendo a indefinição e de que para umas coisas são considerados função pública, mas quando já não convém, atira-se com a condição de que não são funcionários públicos. Estas injustiças têm de ser imediatamente discutidas, retificadas e implementadas. Em tempos e por mais que refutem com argumentos, aleguem hipocrisia, ou argumentem com motivações políticas, o facto real é que tivemos um homem, um político, um verdadeiro cidadão de bem, que teve a humildade e coragem de vestir uma camisola que significava um movimento por qual todas as forças de segurança se reviam na luta dos seus direitos, e está mais que na hora de todos nós nos juntarmos a esse grande Senhor, que é o Dr. André Ventura, para que juntos lutemos por tamanhas injustiças que se têm abatido sobre as nossas forças de Segurança, seja a nível social ou em termos de apoio judicial que muito se tem abastido de conjugar esforços com as nossas forças policiais.

Vivemos tempos desafiadores, hoje, peço a todos nós que reflitamos sobre a importância do trabalho destes profissionais que sacrificam tanto para proteger nossas vidas, propriedades e liberdades. Vamos expressar nossa gratidão e apoiá-los com o nosso dever de trabalhar e lutar para reestruturar o que está mal, em prol do seu árduo trabalho para construir uma sociedade mais segura e justa para todos nós.

Viva o Chega

Viva Portugal

Moção apresentada por:
José Figueiredo - Militante n.º 45814
Delegado à VI-Convenção pelo Distrito do Porto